

ANTONIO GIDI

Mestre e doutorando em Direito Processual Civil na PUC-SP;
doutorando em Filosofia do Direito na USP; membro do
Instituto dos Advogados Brasileiros; Ex-Procurador do
Município de São Paulo; Advogado.

Coisa Julgada e Litispendência em Ações Coletivas

Mandado de segurança coletivo

Ação coletiva de consumo

Ação coletiva ambiental

Ação civil pública

Ação popular

1995

 editora
SARAIVA

Índice

Nota do AutorXV

Capítulo I UMA CONCEPÇÃO DO DIREITO

Direito positivo. Ciência do direito. Homem. Sociedade. Poder. 1

Capítulo II O INSTITUTO DA COISA JULGADA

Fundamento jurídico da coisa julgada 5
Fundamento político da coisa julgada 5
Coisa julgada formal e coisa julgada material 9
Limites subjetivos da coisa julgada 10

Capítulo III AÇÃO COLETIVA

Conceito 15
Direito ou interesse? 17
Difuso, coletivo, individual homogêneo 19
Direitos superindividuais (difusos e coletivos) 25
Direitos individuais homogêneos 29
Legitimidade para agir 33
Coisa julgada 52
Elementos identificadores da ação coletiva e litispendência 52
Procedimento 52
Assistência 53

XI

Capítulo IV
ADAPTAÇÃO DO INSTITUTO DA COISA JULGADA
ÀS AÇÕES COLETIVAS

Necessidade de adaptação	57
Peculiaridade da disciplina da coisa julgada em ações coletivas	58
Principais propostas de adaptação	61
Críticas ao sistema da coisa julgada <i>secundum eventum litis</i>	67
Posição adotada pelo Código	71
Extensão da disciplina processual do CDC a outras ações coletivas	74
A disciplina da coisa julgada no mandado de segurança coletivo	78
A disciplina da coisa julgada na ação popular	85
Coisa julgada <i>erga omnes</i> e jurisdição	87
A coisa julgada nas ações coletivas e a garantia constitucional da isonomia perante a lei	91

Capítulo V
A COISA JULGADA NAS AÇÕES COLETIVAS

(Im)precisão terminológica do Código em face da teoria de Liebman	103
Coisa julgada <i>erga omnes</i> x coisa julgada <i>ultra partes</i>	108
O microsistema da coisa julgada nas ações coletivas	112
Defesa coletiva dos direitos superindividuais (difusos e coletivos)	116
Improcedência por insuficiência de provas	131
Defesa coletiva dos direitos individuais homogêneos	138
A ação civil pública em face da defesa do consumidor em juízo ..	155
A ação penal condenatória em face da defesa do consumidor em juízo	168
Extensão da coisa julgada nas ações coletivas a casos futuros e análogos	182

Capítulo VI
A LITISPENDÊNCIA NAS AÇÕES COLETIVAS

Litispendência entre ações coletivas para defesa de direitos superindividuais e as correspondentes ações individuais ...	187
--	-----

Art. 104 — equívoco na remissão	190
Requerimento de suspensão do processo individual	193
Litispêndência entre ações coletivas para defesa de direitos individuais homogêneos e as correspondentes ações indi- viduais	207
Litispêndência entre duas ações coletivas	218

Capítulo VII
COISA JULGADA E AÇÃO COLETIVA NA EXPERIÊNCIA
DO DIREITO NORTE-AMERICANO

<i>Former adjudication</i>	227
<i>Res judicata</i>	229
<i>Collateral estoppel</i>	230
<i>Class action</i>	235
A coisa julgada nas <i>class actions</i>	242
<i>Bibliografia</i>	245